



A DEFESA NACIONAL

As Forças Armadas no Século XXI*

Luiz Paulo Macedo Carvalho**

Da análise do cenário geopolítico mundial desta virada de século, o articulista extrai os principais contornos da guerra do futuro, assim como o papel e as missões das Forças Armadas no ano dois mil.

"Um mundo sem Exércitos — disciplinados, obedientes e respeitadores da lei — seria inabitável."

John Keegan

O MUNDO NA VIRADA DO SÉCULO

Este final de século e de milênio passará à história como do desmoramento do "Muro de Berlim", da desintegra-

** Coronel do Exército, Presidente do Instituto de Geografia e História Militar do Brasil (IGHMB).

* Selecionado pelo PADECEME.

ção do "império" soviético, do fim da "Guerra Fria" representada pelo conflito Leste-Oeste, do repúdio ao totalitarismo e ao populismo, da redescoberta da democracia, do ressurgimento do nacionalismo, do despertar do Pacífico e da política de blocos econômicos. Tais significativos eventos geopolíticos trouxeram na esteira rupturas e mudanças resultantes da paradoxal tendência fragmentária e globalista. O "Velho

Mundo” tornou-se a ser campo-de-batalha com o esfacelamento da ex-Iugoslávia, enquanto os tchecos se separam dos eslovacos sem maiores traumas. A escalada da violência étnico-nacionalista, alicerçada na simbiose do fundamentalismo religioso com o terrorismo internacional, não respeitou fronteiras. O fantasma do narcotráfico, acentuando o crime organizado nos grandes centros populacionais, já agravado pela migração de minorias, despontou no cenário mundial como novo fator de ameaça à sociedade humana. O prevaecimento da economia de mercado e o fortalecimento de pólos econômicos ensejam repensar o tradicional conceito de soberania.

A “Nova Ordem Internacional”, proclamada após a Guerra do Golfo, ganhou foros de “desordem mundial”. A bipolaridade, que pela dissuasão nuclear impediu a eclosão de latentes conflitos e manteve o mundo em relativo equilíbrio, viu-se repentinamente substituída por aparente multipolaridade, encobridora da hegemonia dos EUA. Com isso afloraram ruidosas manifestações de natureza étnico-religiosas, culturais, ditas ecológicas, econômicas, históricas e políticas, ignorando os direitos humanos e ocasionando radicais alterações no mapa-múndi.

A implosão da União Soviética e o decorrente aparecimento da Comunidade dos Estados Independentes (CEI) exacerbaram minorias raciais e sentimentos nacionalistas, provocando entrechoques de violência irreversível, como a presenciada na Tchetchênia, sem visualização de desfecho sensato para as questões político-militares, particularmente do controle efetivo do antigo arsenal nuclear soviético.

A transição do autoritarismo para a democracia nos países do Leste europeu apresenta elevados custos e perspectivas

questionáveis. As repúblicas bálticas procuram ainda um modelo que garanta suas frágeis independências.

A fragmentação dos Bálcãs, resultante do fracasso dos regimes socialistas e do desaparecimento da liderança de Tito, reabriu a luta fratricida, cujas raízes se perdem em seculares ódios étnicos e nas fronteiras artificiais impostas a minorias de origem eslava, européia e otomana. O temor de que a conflagração da Bósnia se converta em desastre similar ao do Vietnã barra a intervenção e da Comunidade Européia sem o respaldo concreto dos EUA.

A despeito das adesões ao Tratado de Maastrich, a desconfiança de que a Europa abandone a proteção do “guarda-chuva” norte-americano para se submeter ao domínio de uma forte Alemanha reunificada, atrasa a união européia e o acalentado sonho de paz duradoura no “Velho Mundo”.

Apesar da libertação do Kuwait, da neutralização do Iraque, do amortecimento do Irã, com a morte de Khomeyni, e os progressos das negociações de paz no Oriente Médio, predominam a instabilidade e as tensões nessa importante esquina do mundo. Da postura da Turquia no porvir dependerá consideravelmente o equilíbrio na sensível área estratégica de interligação do continente europeu com o asiático.

A África — dividida pelos interesses colonialistas de ontem e, ainda, desprovida de condições para se libertar do primitivismo — continua a enfrentar conflitos étnico-tribais da região magrebina ao seu estratégico “chifre”, que dificultam uma real emancipação político-econômico auto-sustentável. Ademais, pressionada pelo inchaço demográfico e pela miséria crescente, provoca o incômodo fardo de corrente

migratória perigosa para o continente europeu — dividendo perverso dos conquistadores brancos.

A Ásia “prolífera”, em contraste à “econômica”, forma um conjunto geoestratégico sem equivalente.

O subcontinente indiano é um constante desafio à estabilidade sócio-política da área, sempre em busca de uma difícil saída para os antagonistas seculares de caráter étnico-religiosos, afora os sérios problemas internos e externos de limites.

A complexidade do jogo, de imprevisível resultado, disputado entre o potente Japão e a emergente China, no Sudeste Asiático, incluídos na mesma chave competidores respeitáveis como Coreia, Hong Kong, Indonésia, Malásia, Cingapura, Tailândia e Taiwan, gera apreensões e suspeitas generalizadas que despertaram o gigante norte-americano bioceânico para o significado da APEC. O crescimento econômico descomunal e a competitividade agressiva decorrente da revolução industrial chinesa mudam o panorama do condomínio nipo-americano. O futuro posicionamento de Taiwan, as questões demográficas e de fronteiras da China, a debatida reunificação da Coreia, o anseio de participação do Vietnã da zona de co-prosperidade do Pacífico, a intransigência da Rússia em devolver ao Japão as ilhas Kurilas, a iminência do retorno em 1997 de Hong Kong à China, o potencial dos “Tigres Asiáticos” ou NIC’s, o despontar da Indonésia, Malásia e da Tailândia tornam a reativar o milenar antagonismo sino-nipônico de continentalidade *versus* insularidade.

A perda de importância estratégica dos Estados ibero-americanos, em face da excentricidade geopolítica, à exceção da área

**“Tudo indica que o
Estado-nação é grande demais
para dirimir pequenas questões
e pequeno demais para
solucionar as grandes.”**

do Caribe, marginalizaram-nos, obrigando-os, conseqüentemente, a disputar um lugar ao sol, sem maiores esperanças, dentre os megabloco detentores do poder econômico transnacional. Assim, o heterogêneo comboio da América Latina — carente de poupança interna e investimentos externos — permanece estacionado no pátio do subdesenvolvimento à espera de uma locomotiva potente para a conduzir ao terminal da modernidade. Enquanto isso, continua sendo importadora de bens de capital e de tecnologia, exportadora de matérias-primas e manufaturados por mão-de-obra barata, além de atraente mercado. Nas Américas Central e do Sul, questões lindeiras, o contencioso das Falklands ou Malvinas e interesses multinacionais na Antártida constituem fatores de desagregação e desestabilização política. No Caribe, ouve-se já o “canto do cisne” do agonizante regime castrista.

Simultânea e paradoxalmente, antevê-se o colapso ou decadência dos Estados-nações com a formação de grandes pólos ou conglomerados regionais, continentais e extracontinentais, assim como o fortalecimento de Estados-nações à cata de afirmação da identidade nacional, diante da incapacidade e falta de recursos das organizações internacionais para solucionar contendas. Tudo indica que o Estado-nação é grande demais para dirimir pequenas questões e pe-

queno demais para solucionar as grandes, conforme bem sugere Daniel Bell.

O esboço de um novo sistema internacional ressen-te-se ainda de um delineamento claro, mas se constata não faltarem pontos de fricção e ameaças à segurança mundial; percebe-se a inexistência de solução à vista, pelo menos a curto prazo, sem o discutível mas inevitável aval dos EUA, embora pareça que estejamos ingressando no século do domínio e da razão sobre a força.

A PAZ FRIA - PÓS-"GUERRA FRIA"

Desde priscas eras até os dias de hoje, dois problemas ameaçam o mundo: a ordem e a desordem. A alternância entre guerra e paz tem sido uma constante no mundo. A conjuntura político-econômico-social de cada geração vê na guerra a solução de seus conflitos sucessivos, alimentados pelo egoísmo e pela ânsia de poder dos homens. O século XX ficou marcado pelo flagelo dos políticos profissionais que não souberam fazer uso da razão para diminuir as tensões causadoras das duas guerras mundiais. A contar da queda de Roma, setenta e cinco por cento de todas as mortes resultantes de guerras verificaram-se no século XX.

O fim da "Guerra Fria", de início, provocou uma onda de euforia com a suposição de afastamento definitivo do grande risco de holocausto nuclear, restando apenas a possibilidade de ocorrência de limitados conflitos armados localizados ou regionais. Porém a realidade, nos três anos seguintes ao seu término formal, mostrou que o planeta foi sacudido por uma série de acontecimentos inesperados, tão graves como o próprio

conflito Leste-Oeste: a Guerra do Golfo, os massacres da Somália, a luta armada no Sudão, a retomada dos combates em Angola e Moçambique, a volta da guerrilha na Namíbia, os distúrbios raciais e tribais na África do Sul, as violações do cessar-fogo no Saara Oriental, os movimentos separatistas do Assam, Punjab, Cachemira e Timor, a persistência de focos de tensão no Camboja, o prosseguimento do morticínio no Líbano, a guerra civil no Afeganistão, a brutalização das hostilidades na Bósnia, o genocídio russo na Tchetchênia, a instabilidade política em El Salvador e na Nicarágua, a crise do Haiti, as disputas fronteiriças entre Equador e Peru, Colômbia e Venezuela; os confrontos de armênios e azerbaijanos, georgianos, abkhazianos e ossetianos, hutus e tuisis, curdos e turcos, tamis e sinhalezes, israelenses e palestinos, além de muitos outros.

Na verdade, o mundo enfrenta uma nova torrente de conflitos e desafios, ainda que herdados de eras passadas, tal como o de evitar a dispersão de sistemas de armas de destruição em massa.

A própria Guerra do Golfo não eliminou definitivamente a ameaça de conflito em uma das áreas de maior importância estratégica, dados os interesses políticos em jogo do G7.

A comunidade internacional vem respondendo de formas diferentes a cada um dos desafios apresentados no cenário mundial, refletindo falta de uma estratégia consistente para manter a paz após a "Guerra Fria". Uma das razões é que os atuais conflitos diferem bastante daqueles para os quais as Forças Armadas foram tradicionalmente destinadas. Outra é que o mundo vive grandes transformações e a comunidade internacional ainda não logrou redefinir seu papel em termos

explícitos, o que gera desconfiança entre os países mais fracos e subdesenvolvidos.

A insegurança do mundo hoje é agravada por uma gama de incertezas virtualmente desconhecidas de uma ou duas gerações anteriores. Inúmeros conflitos internos contemporâneos são legados do colonialismo, uma vez que os limites de cerca da metade dos Estados-membros da ONU foram impostos arbitrariamente pelos colonizadores. Não causa surpresa, pois, que movimentos separatistas e irredentistas hajam vindo à tona.

Na verdade, a era pós-“Guerra-Fria” será conhecida por um espectro de violenta desagregação dos Estados, passível de levar países à guerra.

Embora, em geral, o número de grandes guerras haja declinado, não há garantia ou indícios que essa tendência persista. As estatísticas recentes sugerem que, no futuro, se possa muito bem assistir à eclosão de vários conflitos limitados. Como afirmou Raymond Aron, caminhamos para um amanhã de “guerra improvável, paz impossível”.

A menos que a comunidade internacional determine e enfrente corajosamente as raízes dos conflitos decorrentes da não observância dos direitos humanos individuais, do desrespeito às identidades raciais e à soberania dos Estados-nacionais, a violência não diminuirá no mundo como um todo e a humanidade não se afastará do perigoso rumo que segue.

Muito se tem falado em desarmamento e admite-se mesmo que alguns progressos se fizeram nesse campo, mas prosseguem o desenvolvimento e a produção de modernos sistemas de armas, particularmente nos países industrializados do hemisfério Norte. Bilhões de dólares continuam a ser gastos na comercialização de armas do Primeiro Mundo para o Terceiro. Tem-se limitado o emprego,

“A insegurança do mundo de hoje é agravada por uma gama de incertezas virtualmente desconhecidas de uma ou duas gerações anteriores.”

mas não a produção de armas. À exceção da Convenção de Armas Químicas, firmada em 1993, que prescreve a demolição de instalações de produção, nenhum dos tratados existentes estipula o desmantelamento ou conversão de fábricas de armamento para outros fins. A “Nova Ordem Internacional” insinua a manutenção do *apartheid* militar global, pregando o desarmamento e a redução das Forças Armadas dos Estados fracos em detrimento dos poderosos integrantes do G7 que, sob a pseudo-égide da ONU, asseguraria a “segurança coletiva”, com sérias ameaças ao conceito de soberania nacional.

Apesar da estabilização ou redução dos arsenais nucleares, os estoques existentes ainda contêm suficiente poder de aniquilação da vida sobre o planeta. Aliás, nenhuma das potências nucleares admite a eventual abolição do respectivo arsenal de armas atômicas, o que não lhes dá autoridade para impedir outros países de dominarem o ciclo completo da desintegração do átomo, mesmo para fins pacíficos, fato que confere *status* político e militar em negociações diplomáticas.

Cresce e prolifera, ainda, o estoque de armas convencionais em todo o planeta, provocando instabilidade. A Europa permanece sendo a região mais militarizada, em contraste com o Terceiro Mundo, onde os conflitos insolúveis alimentam corridas armamentistas com 60% de material bélico

proveniente do G7 — o que configura incoerência com a anunciada política de desarmamento.

A visualização dos “boinas azuis” das Nações Unidas desempenhando papel de gendarmes e/ou bombeiros do mundo afigura-se discutível. A Assembléia Geral, dominada pelo voto de múltiplos países inexpressivos recém-criados, tem suas decisões contestadas pelas grandes potências; da mesma forma, o poder de veto dos grandes, que integram o Conselho de Segurança, levanta suspeições dos Estados menores. Além disso, a inexistência de um orçamento permanente da ONU para operações de manutenção da paz e a crescente dívida ou atraso no pagamento de quotas-partes por inúmeros Estados-membros provoca mais crises do que as previne. Acresça-se, ainda, a tudo isso, a problemática causada pelo Art. 2º da Carta das Nações Amigas que não concede autorização “para intervir em questões essencialmente da jurisdição interna de qualquer Estado”. Fica cada vez mais difícil que no passado distinguir conflitos internos dos internacionais e as suas repercussões além-fronteira. O conceito de autodeterminação colide com o de ação humanitária.

A interpretação do Direito Internacional, ainda que diante de graves violações de direitos humanos, não justifica intervenções estrangeiras em negócios internos. Assim, o conceito de soberania, mesmo nunca tendo sido expresso absolutamente, torna-se mais relativo em termos dos direitos e responsabilidades dos Estados. Não surpreende, pois, que alegadas intervenções externas em Estados fracos não sejam aceitas universalmente. No futuro, tais práticas serão dificilmente justificadas.

Finalmente, a manutenção da paz reclama que, antes de tudo, se faça a paz, uma vez que os Estados poderosos só resolvem as questões de seus interesses, confirmando a velha assertiva de La Fontaine de que a “razão do mais forte é sempre a melhor”. Os dias de amorismo terminaram. Os diplomatas e políticos têm sido irrealistas. A autoridade e a credibilidade da ONU estarão comprometidas, caso a solução dos conflitos internacionais continue sendo tratada dentro dos estreitos interesses econômicos e políticos das potências mundiais ou de corporações transnacionais, em detrimento dos princípios universais de respeito à dignidade humana. Essas suspeitas se fundamentam nas decisões tomadas pelo Conselho de Segurança da ONU, que ignora violações dos direitos humanos quando lhe convém ou, ainda segundo conveniências do momento, as usa como razões para justificar intervenções.

Seria ilusório esperar-se das Nações Unidas capacidade de impedir que todos os eventuais conflitos limitados ganhem dimensões violentas e de grandes proporções.

Apenas a dissuasão, pelo emprego efetivo de força poderosa, quando necessário, garantirá o direito da humanidade viver em liberdade e em paz.

A GUERRA DO FUTURO

Ao término das grandes conflagrações que abalaram a humanidade no século XX — a Primeira e a Segunda Guerras Mundiais — os vencedores, ao firmarem a paz com os alemães, esboçaram uma nova ordem internacional, visualizando garantir segurança coletiva com a criação da Liga das Nações, em Genebra (1919), e a Organização

das Nações Unidas, em São Francisco (1945). Os vitoriosos tornaram-se, assim, fiadores da paz mundial com base no equilíbrio do poder militar de que eram detentores.

Com o fim da "Guerra Fria" os EUA emergiram, sem dúvida, como a única superpotência hegemônica absoluta ou dividindo sua responsabilidade com os Sete Grandes (Alemanha, Canadá, EUA, França, Japão, Inglaterra e Itália).

Desta maneira, as grandes guerras do futuro só poderão ser travadas pelos Estados considerados mais desenvolvidos, ou seja, neste final de século e de milênio, apenas os EUA têm condições de travar e sustentar uma guerra total nuclear, o que por si só a torna de possibilidade remota. Fora desta hipótese distante, os conflitos de maior envergadura ocorridos entre as nações do Terceiro Mundo seriam evitados ou solucionados pela hegemônica nação norte-americana ou pelo poder global do G7, utilizando como instrumento a ONU, ou mediante sanções econômicas de organismos financeiros internacionais. Fracassadas as negociações diplomáticas ou pressões econômicas, empregar-se-ia uma força internacional sob a bandeira da ONU, com o beneplácito do Conselho de Segurança.

Todavia, a almejada mas inatingida paz universal está longe de ser alcançada.

Os esperados avanços científico-tecnológicos, nas próximas décadas, trarão significativo desenvolvimento no campo do material bélico, acarretando mudanças na natureza da guerra, com fortes reflexos na estrutura e no emprego das Forças Armadas.

Armas convencionais, desenvolvidas com base em modernos princípios tecnológicos e de grande precisão, devem substituir as nucleares de poder destruidor similar, sem as

suas perversas conseqüências devastadoras.

A linha demarcatória entre armas nucleares e convencionais desaparecerá.

Estarão disponíveis novos sistemas de armas, automáticos e computadorizados, de alta precisão, dotados de explosivos muito mais poderosos, de munição com grande capacidade de penetração, de componentes eletrônicos, equipamentos de detecção de alvos e pontaria que processam dados a velocidade incrível.

Predominará o armamento convencional estratégico e ofensivo disparado do ar e do mar.

A microeletrônica permitirá a expansão de armas de enorme precisão automática e "invisíveis". O principal fator limitativo do desenvolvimento de tais armas será o elevado custo.

A arte da guerra sofrerá imensas alterações.

A coordenada vertical ganhará expressão: as forças terrestres, tradicionalmente apoiadas pelas aeronavais, terão seu emprego invertido, passando a apoiar as ações aeroespaciais. Conseqüentemente, o papel das forças aeronavais será revisto.

As guerras do futuro não deverão implicar na necessidade de buscar a destruição total do poder de combate e do potencial econômico e político inimigos, isto é, na quebra da vontade de lutar pelo emprego maciço das forças terrestres e ocupação do território adversário. Por conseguinte, não se exigirá a formação de exército de considerável efetivo, como no passado, que sofria e impunha pesadas baixas, nem a conquista e manutenção das posições inimigas.

Com ataques precisos e alvos previamente selecionados, conduzidos por armas estra-

tégicas a distância, o número de baixas e danos operacionais ver-se-ão reduzidos, mas levarão à desintegração do sistema político pelas severas perdas infligidas às instalações industriais e de geração de energia, centros de comunicação, rede de transporte e à população, não distinguindo o soldado do cidadão.

Ganharão especial importância a guerra eletrônica e de inteligência.

A duração das operações será bastante reduzida.

Os 3C — comando, controle e comunicações — serão atividades extremamente valorizadas.

A defesa aérea terá de ser reavaliada e modernizada para enfrentar os sistemas de armas de alta precisão não tripulados e "invisíveis", até mesmo aos olhos dos radares, sob quaisquer condições meteorológicas ou de visibilidade.

O computador dominará o campo da batalha; conseqüentemente, a vitória penderá para o contendor que dispuser de maiores e melhores meios informatizados, operados por especialistas altamente capacitados em processamento de dados, capazes de superar o comando e controle do oponente.

A automação dos dados dispensará grandes efetivos militares e exigirá, cada vez mais, pessoal bem treinado relativamente em menor número.

As aeronaves cederão lugar a engenhos aeroespaciais não tripulados.

Armas "inteligentes" suplantarão as convencionais e nucleares da atualidade, sem que estas últimas sejam relegadas a plano inferior em situações de desespero ou inferioridade de meios — o que provocará o ingresso no "clube atômico" de novos membros dota-

dos de sistemas relativamente primitivos e limitado estoque.

As operações combinadas, consagradas a partir dos desembarques do Dia-D na Normandia, atingirão o clímax em decorrência do crescimento do poder aeroespacial e naval.

O espaço constituirá fator decisivo para as operações militares. As ações bélicas abrangerão todo o teatro-de-operações e a zona de interior, colocando a população civil e as áreas de retaguarda tão vulneráveis quanto as da frente. Torna-se-á muito difícil o controle pela simples marcação de linhas e limites, o que confundirá as tênues delimitações entre a tática e a estratégia.

A maioria dos Estados não apresenta capacidade para acompanhar tal desenvolvimento científico-tecnológico aplicado à arte da guerra, levando-os a aceitar a "Nova Ordem" imposta pelos grandes ou travar guerras curtas, limitadas ou regionais, empregando armamento convencional moderno ou antigos sistemas de armas nucleares e químicas, a fim de compensar o poder dos mais fortes.

Ainda por algum tempo, o mundo atônito assistirá a eclosão de hostilidades entre países emergentes, que porão em risco a paz mundial.

A "Nova Ordem Internacional", que coloca as Forças Armadas de nações incapacitadas de acompanhar a desenfreada corrida armamentista como guardas nacionais ou milícias, na dependência das grandes sob o escudo de organismos internacionais, espera ansiosa o advento de outra estratégia para fazer face aos desafios armados que aflingem a humanidade e ameaçam a estabilidade mundial.

PAPEL E MISSÕES DAS FORÇAS ARMADAS

A paz, ensinaram os antigos povos, não pode ser garantida apenas pela coragem e vontade. Os modernos Estados continuam sujeitos aos perigos da guerra.

Ortega y Gasset, há quarenta anos, preocupava-se com o fim do equilíbrio mundial assegurado pela "Guerra Fria" e como seria mantida a paz entre as nações.

Em termos políticos, o mundo pode até haver se tornado menos perigoso, porém, em econômicos, achá-se mais complexo e vive sob maior risco de confrontos. As grandes guerras parecem estar afastadas, mas a feroz guerra econômica entre nações, presenciada nos dias atuais, alerta para o risco de descontrole geral com degeneração em conflito armado.

Assim, a despeito de se reconhecer as múltiplas contribuições de organismos internacionais para a manutenção da paz, não há como admitir a transformação das Forças Armadas em milícias no Terceiro Mundo. Nenhum sistema defensivo poderá suprimir todas as tensões que afligem as sociedades injustas, desprovidas de meios para manter a paz e garantir a ordem no cenário mundial. Combatentes famintos, ignorantes e inferiorizados socialmente não resistirão às investidas de contendores desenvolvidos e mais adestrados. Sem educação, saúde e higiene, não haverá Forças Armadas capazes de assegurar o respeito e o equilíbrio entre os Estados.

A humanidade defronta-se ainda com angustiante dilema: continuar na dependência da força militar — mesmo conduzida pela ONU em nome da comunidade mundial — ou inevitavelmente relegitimar o emprego da

violência com fins político-econômicos. Tempos atrás, Adlai Stevenson declarava, em discurso nas Nações Unidas, que "não temos a visão de um mundo desprovido de conflito. Não temos a visão de um mundo sem guerra e isto requer, fatalmente, um sistema alternativo para solucionar a questão".

Qualquer que seja a evolução da arte da guerra, decorrente do novo quadro político delineado no limiar do século XXI, o papel universal e perene das Forças Armadas continua imutável — dissuadir agressões, defender a pátria e garantir a lei e a ordem, interna e externamente.

"Qualquer que seja a evolução da arte da guerra, decorrente do novo quadro político delineado no limiar do século XXI, o papel universal e perene das Forças Armadas continua imutável."

O Estado é a própria estrutura social do poder; a estrutura social de influência primordial sobre a sociedade como um todo, sobre cada homem e sobre todos os homens, segundo Otávio Costa. No campo internacional, lembra Raymond Aron que "a relação entre os Estados é de poder".

O papel das Forças Armadas, então, deve ser coerente com os anseios e fins do Estado e da própria sociedade em geral. Daí a idéia consagrada de que as Forças Armadas constituem um prolongamento da sociedade a que pertencem — razão porque são instituições nacionais e permanentes. No caso de descompasso entre as Forças Armadas e a sociedade resultam choques, rupturas e conflitos, com sérios prejuízos para a estabilidade, a liberdade e a paz social.

Para se tratar do papel que cabe às Forças Armadas desempenhar na sociedade, precisa-se saber como estão institucionalizadas. Isso implica em conhecer suas legítimas missões dentro da esfera de ação definida por lei; em outras palavras, sua destinação constitucional e suas finalidades.

As missões genericamente executivas são permanentes em quase todas as Forças Armadas, distinguindo-se apenas umas das outras pelas conotações político-ideológicas que lhes impuseram as destinações legais das quais derivam.

A destinação é função do regime e da época vividos pela nação; por conseguinte, varia com as flutuações políticas do país. Enquanto em algumas nações a expressão militar é institucionalmente adaptada a um partido único ou a poder, pessoal de um governante discricionário, nas democráticas, normalmente, a lei maior preceitua que as Forças Armadas garantam um regime cuja autodeterminação, interna e externa, se legitime na representação popular. A destinação é, por isso, durável e se remodela quando o povo ou grupos minoritários se apoderam do poder ditando os destinos da nação. Exemplos disso estão na passagem das forças do czar para as do Estado soviético e no retorno destas à nação russa; na mudança democrática das instituições armadas nazistas e socialistas para as da atual Alemanha reunificada; na grandeza da destinação militar existente nos EUA e na Inglaterra de hoje; na conturbada história de inúmeros governos ibero-americanos.

Quando um povo atinge o estágio cultural de nação e organiza o Estado, este tem como atributos essenciais a *soberania* — a manutenção da independência da nação no concerto das demais, caracterizada pelo fato da von-

tade nacional não se submeter à de nenhuma outra — e a supremacia de *ordem interna* — traduzida pelo poder de que é investido o Estado para se impor aos demais poderes institucionais no interior do seu território.

Fiel à tradição constitucional brasileira, reza a Carta Magna vigente, em seu Art. 142, que “as Forças Armadas (...) são instituições nacionais permanentes e regulares, (...) e destinam-se à *defesa da Pátria*, à *garantia dos poderes constitucionais* e, por iniciativa de qualquer destes, *da lei e da ordem*”.

O destino assim traçado é bem consentâneo com o estágio alcançado de evolução política da Nação, levando-o ao plano de manutenção da lei e da ordem, o que, no entanto, não cabe às Forças Armadas em alguns países.

A “defesa da Pátria” significa integrar e proteger o território nacional e as instituições democráticas — o regime representativo, a Federação e a República — contra quaisquer agressões, claras ou sub-reptícias, de origem externa e interna.

A “garantia dos poderes constitucionais” especifica dar segurança aos poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, para que se desincumbam de suas atribuições legais, independente e harmonicamente, livres de quaisquer tipos de pressões.

A “garantia da lei e da ordem” sintetiza-se em fazer respeitar as normas legais estabelecidas ou que delas advenham, o que concede às Forças Armadas peculiar postura.

Mesmo se a lei não previsse tal destinação, dificilmente a sociedade aceitaria que as Forças Armadas se mantivessem impassíveis e neutras diante do caos e da desordem. Seria ilógico e utópico que o Estado abrisse mão do braço armado para enfrentar qual-

quer ameaça, externa ou interna. O velho aforismo franco-maçônico de que as Forças Armadas sejam um “grande mudo” só encontra guarida entre os mal-intencionados. A mudez é uma deficiência orgânica incompatível de se constituir em predicado militar.

Já disseram com clareza, objetividade e precisão que, no primeiro plano, na ordem dos compromissos sagrados das Forças Armadas está a defesa da pátria, de seu patrimônio moral e material, da sua integridade territorial, da sua independência político-econômica e das instituições nacionais. Em segundo lugar, incumbe-lhes participar da defesa coletiva do continente americano contra quaisquer agressões eventuais, porque os interesses mútuos das nações irmãs são comuns e a estabilidade do hemisfério reside na preservação da paz do Norte ao Sul. Finalmente, são as Forças Armadas o instrumento de ação disponível para cumprir compromissos internacionais de manutenção da paz mundial entre os povos.

Esses três objetivos, dispostos na ordem de prioridade enunciada, resumem as missões básicas das instituições militares no Brasil.

Sem prejuízo das suas missões principais, fixadas pela destinação constitucional, as Forças Armadas executam ações implícitas de interesse militar nos campos científico-tecnológico, econômico e social em que houver carência da participação da iniciativa privada ou governamental, bem como de socorro à Defesa Civil em casos de calamidade pública e emergência, ou humanitários.

No recente Seminário “Política Educacional para o Exército: Ano 2000”, realizado em Brasília, sob os auspícios do Estado-Maior do Exército Brasileiro, do qual

participaram representantes militares e civis do Primeiro Mundo, houve unânime concordância que, resumidamente, as missões genéricas da Forças Armadas se consubstanciam nas seguintes: *defesa da Pátria; participação de forças multinacionais para manutenção da segurança coletiva; prestação de socorro em catástrofes e emergências.*

Ficou evidente que as Forças Armadas constituem, em todos os Estados, o elemento fundamental da organização coercitiva a serviço do direito.

Nelas — na eficiência de sua estrutura, no seu adestramento, na sua respeitabilidade — repousa a paz social, pela afirmação da ordem, na órbita internacional e do prestígio nacional, na sociedade das nações. São, portanto, os garantes materiais da subsistência do Estado soberano e da perfeita realização dos seus fins. É em função de seu poderio que se afirmam, nos momentos críticos da vida nacional e internacional, o prestígio do Estado e a sua própria autodeterminação.

Não se pode, assim, aceitar a idéia de confiar a defesa do Estado a alianças ou a terceiros, nem depender de volúveis decisões de organismos internacionais para garantia da integridade nacional.

Em conclusão, vale salientar que, a despeito do mundo sentir-se menos perigoso ou não com o término da “Guerra Fria”, no contexto da pretendida “Nova Ordem Internacional”, as Forças Armadas se fazem, mais do que nunca, indispensáveis, por se constituírem em instituições nacionais permanentes cuja destinação, emanada dos textos constitucionais, com ligeiras diferenças, continu-

am sendo universais e não podem ser delegadas a milícias, a outros Estados ou a organismos internacionais. Do contrário, os princípios basilares de soberania e de autodeter-

minação, fundamentos do Direito Internacional e da declaração dos direitos e deveres do homem e da Carta da ONU ficariam definitivamente comprometidos. □

BIBLIOGRAFIA

- CORDELLIER, Serge. *O Mundo Hoje*. Biblioteca do Exército Editora, Rio de Janeiro, Brasil, 1994.
- FORTUNA, Hernani Goulart. O Papel da Marinha no Limiar de um Novo Século. *Revista do Clube Naval*, Ano 105, nº 290. Rio de Janeiro, Brasil, 1993.
- KEEGAN, John. *A History of Warfare*. Alfred A. Knopf, Nova York, EUA, 1993.
- MEIRA MATTOS, Carlos de. A Missão das Forças Armadas. *Segurança e Desenvolvimento*. Ano LII, nº 213. Rio de Janeiro, Brasil, 1993.
- . A Dissuasão Estratégica na Conjuntura Mundial. *Revista da Escola Superior de Guerra*. Ano X, nº 27. Rio de Janeiro, Brasil, 1994.
- RENNER, Michael. Critical Juncture: the future of peacekeeping. *Worldwatch Paper 114*. Worldwatch Institute, EUA, 1993.
- SANTAYANA, Mauro. O Cenário Mundial, a Economia e as Forças Armadas. *Gazeta Mercantil*. Rio de Janeiro, Brasil, 1991.
- SLIPCHENKO, Vladimir I. Uma Análise Russa da Guerra de Sexta Geração. *A Defesa Nacional*, nº 763. Rio de Janeiro, Brasil, 1994.

PRADA – 115 Anos

**Tradicional Fornecedor de Boínas e Chapéus
Para as Forças Armadas**

COMPANHIA PRADA INDÚSTRIA E COMÉRCIO

Rua Dr. Alberto Ferrelra, 179 – Limeira-SP – Tel.: (0194) 51-2210 – C.P. 46 – CEP 13480